

Introdução da contribuição boliviana à transição: do (e a partir do) extrativismo ao Viver Bem

Fabio S. M. Castro¹

Sinclair Mallet Guy Guerra²

Paulo Alves de Lima Filho³

Resumo

Este artigo indica os caminhos traçado pelo projeto boliviano de transição a partir de uma perspectiva anti-imperialista, pautando-se na soberania nacional para construir uma proposta de sociedade que se lança no caminho da superação do Capital. Neste sentido são abordados o novo modelo econômico desenvolvido no país, assim como seu caráter de processo de mudança, e o horizonte da transição que se estabelece a partir de uma construção histórica com perspectiva decolonial expresso na ideia de *vivir bien*.

Palavras-chaves: transição, viver bem, imperialismo.

Abstract

This article indicates the ways traced by the Bolivian transition project from an anti-imperialist perspective, based on national sovereignty to build a proposal for a society that launches itself on the path of overcoming Capital. In this sense, the new economic model developed in the country is addressed, as well as its character of a process of change, and the horizon of transition established from a historical construction with a decolonial perspective expressed in the idea of *vivir bien*.

Keywords: transition, living well, imperialism.

Resumen

Este artículo indica los caminos trazados por el proyecto de transición boliviano desde una perspectiva antiimperialista, basada en la soberanía nacional, para construir una propuesta de sociedad que se lanza en el camino de la superación del Capital. En este sentido, se aborda el nuevo modelo económico desarrollado en el país, así como su carácter de proceso de cambio, y el horizonte de transición establecido desde una construcción histórica con perspectiva decolonial expresada en la idea de vivir bien.

Palabras clave: transición, vivir bien, imperialismo.

Introdução

Com a falência via russa de transição ao comunismo, com o fim da União Soviética, e o “decreto” do Fim da História pelos partidários do neoliberalismo, através da chamada globalização, a virada para o século XXI trouxe em seu bojo a emergência da reorganização dos trabalhadores. Frente a uma sucessão de derrotas que se expressaram no desmanche parcial de dois séculos de conquistas populares, os

¹ Economista, doutorando em Economia Política Mundial pela UFABC e pesquisador do IBEC. fabio.castro@ufabc.edu.br

² Doutor em Economia da Energia pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris III. Professor da UFABC.

³ Economista pelo Universidade da Amizade dos Povos “Patrice Lumumba”, Doutor em Ciência Política pela PUC-SP e Coordenador do IBEC.

trabalhadores mergulharam no novo século sob a batuta do consenso de Washington e pressionados pelo incessante apetite expansionista do capital, disfarçado através do controle das nações por via do mercado financeiro e o sistema da dívida pública.

Esta hegemonia neoliberal encontrou na América Latina uma das mais emblemáticas formas de resistência dos trabalhadores. Não atoa, Meszáros (2014) apostava suas fichas no continente para a perseverança da revolução dos trabalhadores. Uma onda de governos populares se estabeleceu e por pouco mais de uma década deu uma nova dinâmica ao capitalismo em âmbito global.

O Capital tardou para inventar formas de enfraquecer este movimento, mas desde dentro do próprio modelo, chamado progressista, implodiu suas estruturas, levando a um profundo período vigente de instabilidades e polarizações. O problema é ainda mais grave porque no vazio da explosão emergiu o adormecido e incontrolável ovo da serpente, provocando um vasto processo de deterioração do tecido social na região.

Entretanto, algumas das experiências populares deste período seguem resistindo em suas tentativas de avançar para uma sociedade mais justa e menos desigual. Um desses casos é a Bolívia, que mesmo após o mais violento golpe militar do período, conseguiu, através da organização dos trabalhadores, reavivar a construção de uma sociedade para além do capital em um curto período de tempo. Por isso, o objeto deste artigo é o projeto boliviano do século XXI, de onde almejamos destacar as características que contribuem para a crítica da teoria da transição ao comunismo e a emancipação dos trabalhadores.

A Bolívia está entre os países mais pobres do mundo. Historicamente foi submetida a um regime de apartheid social que manteve a riqueza nas mãos de uma elite branca e *criolla*, enquanto uma multidão de indígenas e seus descendentes amargam a miséria e a exclusão social e política. Por ironia da história, a Bolívia é um país com grande concentração de riquezas naturais estratégicas, e a ocupação europeia da América do Sul tem a marca da exploração da prata em Potosí nos séculos XVI e XVII.

Estando geograficamente localizada nos Andes e na Amazônia, o país possui reservas minerais e de hidrocarbonetos enormes, além de um sistema fluvial exuberante e extensas terras agriculturáveis. Dialeticamente, hoje a Bolívia é o país com a renda per capita mais baixa da região - aproximadamente 3500 dólares anuais -, tendo a herança colonial jamais se diluído, mesmo depois de quase 200 anos de independência. Algo

que muitos autores chamaram de a “maldição dos recursos naturais” ou “paradoxo da abundância”, mas que, entretanto, é evidenciado pela condição estrutural do país: subjugado por séculos às regras da elite branca serviçal aos interesses externos. Por conseguinte, tendo em vista suas particularidades razoavelmente extremas, a Bolívia é um meio privilegiado para compreender os perversos resultados da ultraexploração de um sistema colonial permanente. O que quer dizer que seria mais adequado chamar de “maldição colonial”.

A ascensão popular ao governo na Bolívia remete a um longo processo histórico de luta pela descolonização, cujo marco da fundação do Estado se dá na chamada Revolução Nacional de 1952. Entretanto, este Estado Nacional só vai apontar um caminho para sua consolidação quando a questão indígena é finalmente emancipada enquanto particularidade determinante do país e estes passam a assumir seu protagonismo no desenvolvimento Boliviano. O que autores, como Anibal Quijano (2014), vão avançar na discussão sobre a construção de um modelo decolonial.

Este processo emerge como resistência ao neoliberalismo no país, explode com a paradigmática Guerra da Água em 2000 e se efetiva com a eleição de Evo Morales em 2005. Um representante camponês indígena se torna a maior liderança do país e promete um acentuado processo de transformações no caminho de uma sociedade mais justa e igualitária. A cosmovisão indígena andina se torna a guia, em alguma medida, da organização social da Bolívia.

Samir Amin (1989) propõe a ideia de que a América é transmutada historicamente para ser uma extensão da Europa, onde fosse possível exportar as contradições mais conflitantes do modo de produção capitalista. A hegemonia da construção social vai se pautando pelo eurocentrismo. Na Bolívia, por sua vez, a sociedade permaneceu dividida, ou *abigarrada* na concepção de Zavaleta Mercado (1990). O eurocentrismo vai forjando a sociedade boliviana, entretanto, uma outra concepção de mundo permanece existindo, resistindo, em meio ao *apartheid* permanente.

A resistência indígena camponesa se dissemina frente a estes dois universos: por um lado pautado na lógica comunitária das comunidades originárias e, por outro lado, propondo um enfrentamento direto e real ao modelo hegemônico de sociedade, de origem europeia, o capitalismo em sua forma neoliberal. Não por acaso, o nome do partido em que estes trabalhadores vão se organizar é o Movimento ao Socialismo (MAS), cuja ascensão promove justamente a emancipação política desta visão oriunda

dos camponeses e indígenas, principalmente andinos e se perpetua em conflito com o eurocentrismo⁴.

Um árduo processo dialético marcado pela luta por construir um Estado decolonial enquanto resiste ao neoliberalismo; distribuir renda sem desarticular as elites tradicionais; preservar o meio ambiente ao mesmo tempo que a economia é pautada por atividades extrativistas; construir a soberania nacional em meio à dependência estrutural; avançar para o socialismo sem romper com a grande propriedade privada.

Essas são algumas das contradições que emergem a partir do avanço do projeto de nação que foi proposto à Bolívia com ascensão do MAS ao poder, o autodenominado *proceso de cambio*. Neste artigo vamos olhar especificamente para a contradição “economia x meio ambiente” deste processo, que, no caso boliviano, se expressa melhor na dualidade “extrativismo x vivir bien”. Para isso, dividimos o artigo em duas partes, uma para apresentar o novo modelo econômico e outra para discutir as perspectivas que conforma a ideia de viver bem.

1. Novo modelo econômico e transição

O ponto de partida do projeto boliviano é o estabelecimento de uma PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) no primeiro ano de mandato, em 2006, que culmina na proposta de um novo modelo econômico para o país após a promulgação da nova constituição, que transforma a Bolívia em um Estado Plurinacional. Seu fundamento se dá em duas perspectivas: a primeira é o diagnóstico de que há uma crise energética e alimentar global cujo dilema se mostra na necessidade de alimentar máquinas e pessoas; o segundo é a necessidade de se superar o neoliberalismo, pois este acarreta no aprofundamento da crise estrutural do capital (ARCE, 2011).

Para Farah e Vasapollo (2011), trata-se de recuperar os debates que questionam a unilateralidade da racionalidade individualista e economicista do capitalismo, que em

⁴ Neste sentido, o que queremos dizer é que uma interpretação concreta deste processo histórico depende de uma ruptura com a ideia fetichizadora folclórica do indígena, do bom selvagem. Na Bolívia existem 36 nações indígenas que permanecem existindo, mas a força política do MAS está principalmente nas organizações camponesas de origem Aymará e Quéchua, presentes principalmente nas regiões do altiplano andino. Esta condição sem dúvidas é fator determinante de conflitos. Como, por exemplo, o paradigmático caso dos TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isidoro Securé), sempre presente nas interpretações sobre o processo como um ponto de inflexão. O TIPNIS é um território protegido das terras baixas bolivianas em que o Estado projetou atravessar uma rodovia. Em linhas gerais, os habitantes originários não chegaram a um consenso e os grupos contrários ao projeto se sublevaram contra o governo. Este por sua vez, promoveu um cenário de repressão que em alguma medida afetou a legitimidade do Estado junto as organizações indígenas das terras baixas.

sua fase neoliberal se apresenta cada vez mais injusto, depredador e pouco democrático. Nesta perspectiva, o novo modelo econômico boliviano se apresenta como uma antítese do modelo neoliberal e é desenvolvido tendo como horizonte transitar para uma nova sociedade, ocupando o espaço de um projeto de transição ao socialismo, como sugere o próprio nome do partido. Assim, em meio à crise global do capitalismo, o modelo almeja possibilitar à Bolívia exercer sua oportunidade de constituir meios materiais para viabilizar a transição, à medida que o país possui recursos naturais para ofertar em grande escala: energia e alimentos (ARCE, 2011).

Inserido nesta perspectiva, o novo modelo econômico se baseia em 3 âmbitos: Social, a fim de solucionar problemas sociais antes dos individuais, principalmente através da redução da desigualdade e erradicação da pobreza; Comunitário, por privilegiar o comum antes do individual e por estar alinhado às tradições e valores dos povos originários, buscando impulsionar o espectro da solidariedade enquanto fundamento e revolução cultural que dá a direção do movimento do modelo; e Produtivo, para transformar a matriz produtiva e superar a pobreza de maneira digna, sustentável e responsável. Daí o nome: *Novo Modelo Econômico, Social, Comunitário e Produtivo* (Ibdem).

São 4 os atores fundamentais do modelo e estes estão alinhados à Constituição Política do Estado em um modo crítico à idéia do livre mercado. Por isso, o Estado assume o protagonismo na Economia, sendo responsável por promover, organizar e redistribuir os excedentes da produção. Todavia o setor privado não é descartado, pelo contrário, as empresas privadas são entendidas como parte da engrenagem do sistema e são incentivadas a se fortalecer, dentro de uma forma regulada, a fim de impulsionar a geração de emprego e renda. Complementando a engrenagem do modelo, há a tentativa de impulsionar a produção através de cooperativas, cujo caráter solidário indica caminhos para avançar ao horizonte socialista; e das comunidades, buscando valorizar os modos de vida originários que organizam a produção a partir de valores e culturas distintas da hegemonia do capital (Ibdem).

O objetivo deste novo modelo econômico é libertar a Bolívia do modelo primário exportador a fim de construir uma economia baseada na indústria e com elevada produtividade. Entretanto, reitera-se que se trata de um modelo de transição, o que quer dizer que a Bolívia ao menos no curto e médio prazo permanecerá sendo exportadora de matérias primas. Não se resolvem problemas estruturais apenas virando uma chave.

O primeiro movimento do Governo de Evo Morales foi efetivar a nacionalização dos recursos naturais do país, que já havia sido aprovada em plebiscito no ano anterior, conquistado através da luta dos movimentos sociais. Isso, permitiu que os excedentes gerados nos setores extrativistas passassem a ser distribuídos para perseguir o objetivo de assentar as bases para um novo modo de produção, pautado na economia plural e produtiva, para que gradualmente se solucionem os problemas sociais (Ibdem).

O que quer dizer que a Bolívia não se livrou nem se livrará do extrativismo, entretanto, a distribuição dos resultados destes setores serão utilizados para superar a dependência externa e o subdesenvolvimento. Para Linera (2018) a não apropriação privada desses excedentes e a sua distribuição a fim de desenvolver o país já são símbolos do movimento de transição que podem levar a Bolívia à trajetória do socialismo.

A dinâmica do novo modelo econômico é relativamente simples, estabelecida em 2 setores pilares (ver Figura 1). O Setor Estratégico, pautado nestes recursos naturais e administrado através da governança estatal em empresas públicas estratégicas, remete os excedentes ao Estado que redistribui para desenvolver a Bolívia através de políticas públicas; e o Setor Gerador de Emprego e Renda, em cujo empresas privadas, cooperativas e comunidades são impulsionadas a transformar a matriz produtiva do país (ARCE, 2011).

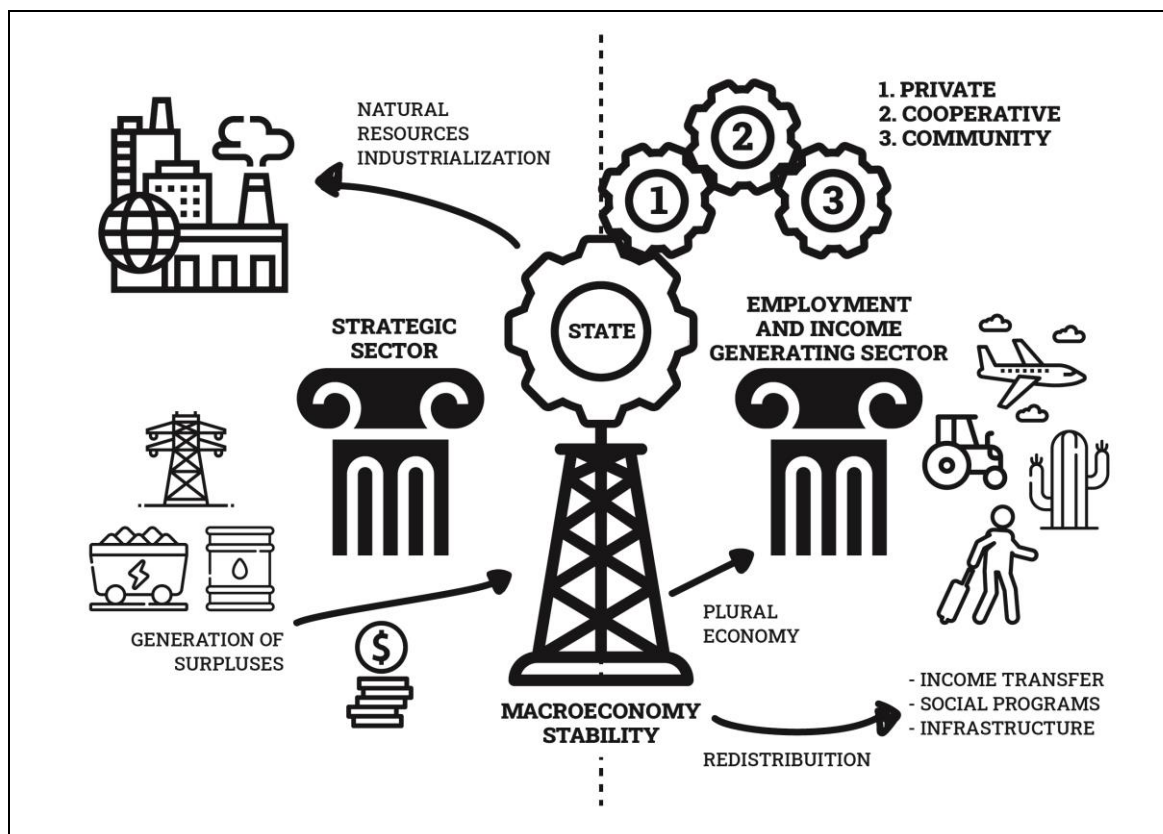


Figura 1. Fluxograma do novo modelo econômico (CASTRO et al, 2021).

O Setor Estratégico é composto pelas atividades econômicas primárias exportadoras, historicamente fundamentais para a economia boliviana: hidrocarbonetos e mineração, somados ao ramo da eletricidade e recursos ambientais. Todos eles em alguma medida interligados à questão energética. Contudo, o esforço da administração da economia se pauta pela estratégia de diversificar essa matriz primária exportadora a fim de evitar que a volatilidade dos preços das commodities coloque em risco a manutenção do modelo.

O salto qualitativo desta estratégia é a industrialização dos recursos naturais. Os projetos mais avançados são a Fábrica de Uréia, em Bulo Bulo; a Usina Siderúrgica de Mutún e a Planta de Cimento em Caracollo (CASTRO et al, 2020). Todavia, o projeto mais emblemático é a industrialização do Lítio no Altiplano, em que a Bolívia almeja se inserir como determinante no mercado de baterias. Este último é um projeto de longo prazo, que uma vez realizado poderia provocar uma ruptura estrutural na economia boliviana, entretanto, mexe com interesses das grandes empresas transnacionais do mundo, que são as guardiãs da lógica colonial do sistema. Não atoa, muito se suspeitou da ingerência externas nos episódios do golpe de estado de 2019, pelo motivo lítio (CASTRO et al, 2021).

Ainda no setor estratégico, outro projeto de diversificação é a transformação da matriz energética do país para uma de baixo carbono. Atualmente, a principal fonte de energia boliviana é de origem termoelétrica, através do gás natural, mais de 60% do total. Entretanto, há grandes investimentos em usinas hidrelétricas, plantas de energia fotovoltaica, parques para a geração de energia eólica, além de um grande projeto de energia nuclear junto à Rússia. Além disso, a produção de energia elétrica na Bolívia é superavitária e o país almeja exportar estes excedentes para ampliar a diversificação da pauta exportadora do país (CASTRO, 2020; ENDE, 2020).

Portanto, o setor estratégico está voltado a ampliar a renda e impulsionar a transição para um modelo de sociedade que supere a condição colonial de exportador de matéria prima. Ou seja, a base econômica boliviana não se altera imediatamente, o extrativismo permanece sendo o motor do desenvolvimento boliviano, entretanto, os excedentes da produção não são apropriados em sua maior parte por empresas transnacionais e são distribuídos na sociedade com o intuito de transformar o país na via da superação do subdesenvolvimento.

A redistribuição destes excedentes, sob governança estatal, cujo fundamento se indica na ideia do governo dos movimentos sociais (RIVERA, 2016; 2019), caracteriza-se por distribuir renda através de benefícios sociais condicionados, construir infraestrutura e impulsionar os setores gerador de emprego e renda. Nesta perspectiva, as políticas macroeconômicas adotadas no país são consideradas paradigmáticas e pragmáticas. Para um de seus idealizadores, ex Ministro da Economia e atual presidente, Luis Arce (2011), trata-se de inverter a lógica neoliberal sobre a questão da estabilidade. Para ele, o modelo neoliberal propõe a estabilidade como um fim em si mesmo para a economia. No caso do novo modelo econômico, a estabilidade é o ponto de partida, não a meta⁵.

Por sua vez, o Banco Central Boliviano (BCB) atua, de maneira geral, como dita a regra do mercado financeiro global, adotando mecanismos de política monetária para o controle da liquidez. Por outro lado propõe uma ruptura com a rigidez monetarista e com a ideia de independência do Banco Central, trabalhando de forma coordenada com o Ministério de Economia e Finanças Públicas. Desde 2009 o BCB pode, e tem feito, aportes através de empresas públicas estratégicas para o desenvolvimento econômico boliviano, direcionados a fortalecer a diversificação da matriz produtiva e garantir segurança energética e soberania alimentar (CASTRO, 2020; BCB, 2019).

Assim, o novo modelo se estabelece na crítica ao livre mercado e posiciona o Estado enquanto agente ativo na arena econômica, responsável por redistribuir os excedentes do setor estratégico, promover a inclusão social através de emprego e renda, fortalecer a demanda interna, superar o endividamento externo e manter a estabilidade dos preços e da moeda. Em suma, um projeto de desenvolvimento endógeno.

Com a economia estável, o impulso ao *Setor Gerador de Emprego e Renda* se estabelece no financiamento ao investimento privado, cooperativo e comunitário, principalmente através do *Banco de Desarrollo Productivo* (BDP). Além disso, há subsídios e incentivos à industrialização de manufaturas, turismo, desenvolvimento agropecuário, transporte, artesanato, habitação e comércio. Isto permite que a moeda

⁵ Este pragmatismo da política macroeconômica boliviana gera muita confusão na interpretação do processo. Katz (2014), por exemplo, indica como o olhar da mídia hegemônica para a Bolívia é totalmente diferente do que para Venezuela. As mesmas questões que utilizam para atacar o modelo venezuelano, tentam ocultar em suas análises sobre a Bolívia, pois não conseguem explicar o relativo êxito em manter a estabilidade econômica. Por outro lado, atacam a Bolívia com indicação dos mesmos problemas, miséria, precarização do trabalho, sistema previdenciário débil, entre outros, que se escondem nos países regidos diretamente pela lógica neoliberal, como Chile, Peru, México (antes de Obrador) e etc. Para o autor, trata-se de uma modelação de “um sentido comum distorcido para fixar uma agenda pública ao serviço da dominação burguesa”.

boliviana circule com mais intensidade internamente no país, fortalecendo as relações econômicas, evitando a dolarização e controlando a inflação.

Por fim, o novo modelo econômico compreende que a infra-estrutura arcaica boliviana é um empecilho enorme para o desenvolvimento do país e para a atração de investimentos externos que tenham o objetivo de contribuir com o país e não explorar os recursos naturais. Neste sentido, há um grande impulso à integração, seja através da pavimentação de rodovias, transporte urbano, acesso à eletricidade, telecomunicações, escolas, universidades, hospitais e etc. O que por fim também conflui para a geração de emprego e renda. Para além disso, Katz (2014) contribui com a ideia de que a priorização destas construções, de caminhos, pontes e empreendimentos como o Satélite Tupac Katari I e o Teleférico de La Paz-El Alto, recuperam a autoestima de uma sociedade afetada por ausência de realizações.

Em linhas gerais, este é o modelo proposto para superar o subdesenvolvimento, conquistar soberania nacional, reduzir as desigualdades, erradicar a pobreza e abrir caminho para a transição. Para autores como Katz(2014), Gudynas (2011), Postero (2015), trata-se de um modelo social desenvolvimentista com dificuldades de superar a lógica predatória do capitalismo. Para eles, grande parte do sucesso do *proceso de cambio* se dá pelo fato de que o ponto de partida boliviano era tão atrasado que há espaço para grandes saltos qualitativos iniciais. Entretanto, os limites deste processo logo se mostrariam. Em nossa interpretação, este ponto de vista é parcialmente correto, porque descreve bem as condições e contradições do movimento histórico boliviano, mas deixa de vincula-las à ideia de uma trajetória de transição. Neste sentido, tentaremos elucidar nosso ponto de vista a partir da apresentação da ideia do “*vivir bien*”.

2. *Vivir bien, madre tierra* e horizonte da transição

Como já dispusemos, o novo modelo econômico boliviano é apresentado como um projeto de transição. Nesta subseção tentaremos mostrar como o *vivir bien* é a direção desta transição, o que em alguma medida já enunciamos quando rapidamente indicamos o significado do “comunitário” no modelo econômico. A discussão sobre *vivir bien* é uma construção coletiva de um processo não monolítico. Por isso, engendra grandes debates e controversas na discussão científica e política ao redor do mundo.

Evo Morales (2011), enquanto personagem protagonista deste movimento histórico coloca claramente sua concepção de *vivir bien*: trata-se de um sistema que

supera o capitalismo. Para ele, o *vivir bien* no *proceso de cambio* é uma doutrina e uma prática que tem fundamento na filosofia dos Povos Indígenas e que desnuda as causas estruturais da crise do planeta. A lógica do lucro sobre todas as coisas, que configura o sistema capitalista mundial, esta destruindo o planeta, devorando os seres humanos e a natureza.

Neste sentido, o ex presidente (Ibdem) aponta a necessidade de construir uma sociedade para o *vivir bien*, baseada em princípios éticos e morais que se posicionam na antítese ao capitalismo, resumido na contraposição entre viver bem e viver melhor. Por isso, indica o socialismo comunitário como a forma de consolidação do *vivir bien*. Ele ainda compõe a ideia de que o *vivir bien* só pode ser construído à medida que se aproxima de uma lógica de vida em harmonia com a natureza e de complementariedade entre os povos. Sendo necessário abandonar o que ele chama de “cultura da morte”, cujo fundamento esta no consumismo, no desperdício, na competição sem fim, na avareza, na guerra e na destruição.

Morales (Ibdem) entende que, para além do desafio teórico, dadas as condições limítrofes apontadas para a manutenção da vida no planeta, estamos diante do desafio prático da luta, cujo objetivo é plantar sementes da transformação, colocar em xeque o desenvolvimento pautado no domínio absoluto dos seres humanos sobre a natureza e emancipar uma cultura da vida baseada no respeito e no equilíbrio.

Farah e Vasapollo (2011), vão entender que esse movimento boliviano pode ser compreendido por uma renovação do humanismo e do ambientalismo, cuja disseminação se confunde com a re-emergência do movimento camponês e indígena contra o esmagamento dos trabalhadores pelo neoliberalismo. Neste sentido os autores defendem que estas reivindicações vão além da discussão sobre a emancipação da classe trabalhadora, pois estão alicerçadas no reconhecimento e recuperação de experiências de reprodução social próprias.

Assim, a ideia de *vivir bien* nos leva a compreender que se trata fundamentalmente de princípios éticos que vão moldar os discursos e buscar um equilíbrio com a prática para avançar a transição para uma nova sociedade. Isso fica explícito se olharmos a Constituição Boliviana (BOLÍVIA, 2009, p. 158), em que o *vivir bien* é colocado como o objetivo supremo do Estado Plurinacional. E, além disso, é assumido nos princípios, valores e finalidade do Estado no Capítulo Segundo, Artigo 8 (BOLÍVIA, 2009, p. 17):

Artículo 8.

I. El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble).

II. El Estado se sustenta en los valores de unidad, igualdad, inclusión, dignidad, libertad, solidaridad, reciprocidad, respeto, complementariedad, armonía, transparencia, equilibrio, igualdad de oportunidades, equidad social y de género en la participación, bienestar común, responsabilidad, justicia social, distribución y redistribución de los productos y bienes sociales, para vivir bien.

Gudynas (2011), fazendo uma comparação com o *bien vivir* adotado na constituição equatoriana reclama que no caso boliviano não havia o reconhecimento dos direitos da natureza, posteriormente incluído. O que, para ele, coloca qualquer estratégia do *vivir bien* sob a tutela dos direitos cidadão clássicos, entre o econômico, social e cultural. O que supostamente abre espaço para que se avance projetos econômicos baseados no extrativismo. O autor ainda indica que o fato de o Estado ter um direcionamento para a industrialização promove uma contradição importante na direção da conservação da natureza. Concluindo que o lugar outorgado à natureza é uma tensão clara ao redor do *vivir bien*, o que distancia, segundo ele, o projeto boliviano de um desenvolvimento alternativo.

Stefanoni (2012) faz uma crítica ainda mais profunda direcionada ao *vivir bien* dentro do modelo adotado no *proceso de cambio*. Para o autor, as políticas não puderam, e nem tentaram, se vincular à cosmovisão das comunidades originárias. Além disso, entende que os programas econômicos estão distantes da agenda de crítica ao capitalismo, apontando que o Estado Plurinacional é uma receita quase mágica para pensar os problemas do país. Caracterizando o modelo boliviano como um neo-extrativismo com certa distribuição de renda e ativa atuação do Estado.

Lalander (2016), nesta mesma perspectiva crítica, aponta que há um dilema extrativista na Bolívia de Evo Morales. Pois, os direitos à natureza e aos indígenas acabam sendo submetidos à um sacrifício parcial e seletivo a fim de alcançar os objetivos de bem estar social geral. O autor indica que a perspectiva do *vivir bien* reforçou o caráter étnico do Governo Morales em âmbito mundial, mas em âmbito local, muitas vezes, foi relativizado em favor do extrativismo.

Álvaro Garcia Linera (2019) dá um possível resposta a estes questionamentos. O autor aponta o que ele chama de contradição criativa entre a necessidade e a vontade de industrializar e o imprescindível caminho do *vivir bien*. Para o autor e ex vice-

presidente, o *vivir bien* é entendido “como a prática dialógica e mutuamente vivificante com a natureza que nos rodeia” (p. 61). Com este pressuposto aponta que a nacionalização dos recursos naturais não pode se realizar plenamente sem uma etapa de industrialização. É este caminho que viabilizará ao país ofertar mercadorias com valor agregado nas cadeias globais de valor. Processo que tende a impulsionar uma elevação da renda e inserir a Bolívia no âmbito da produtividade, do manejo tecnológico e dos saberes científicos. Além disso, o autor complementa informando que se trata de uma antiga demanda popular contra a lógica de enriquecer os países receptores dos recursos bolivianos.

Desta feita, Linera (2019) entende que o *proceso de cambio* se trata de um outro regime social em construção, com avanços e retrocessos, em cujo o Estado é potencializado para aumentar a produtividade e redistribuir os resultados. Não obstante, o autor compreende que este processo gera resultados indesejados no que tange ao meio ambiente, mesmo que o fim em si não seja a acumulação de capital, mas a satisfação das necessidades humanas. Nas palavras dele “danos que, a longo prazo, afetam irremediavelmente o próprio ser humano”. “Nós temos que evitar este destino fatal” (p. 64).

O autor enxerga a solução para este dilema nas forças produtivas comunitárias. Partindo da concepção de que estas propõem uma outra forma de desenvolvimento social em que a natureza é concebida como extensão orgânica da subjetividade humana (Ibidem). Todavia, as condições e contradições das forças produtivas bolivianas dificultam a transmissão do poder aos trabalhadores. Por isso o papel central da industrialização e da ciência, que podem gerar condições materiais e tecnológicas para uma produção mais adequada às necessidades humanas e naturais.

Neste sentido, Stefanoni (2012) aponta uma crítica direta ao ex-vice-presidente. Para ele, o modelo de pluralismo econômico que enxerga sua resolução final nas comunidades não dá a devida importância aos trabalhadores. O autor cita uma apresentação de Linera, em que este dispõe o modelo plural da economia boliviana como um trem em que o comunitário é o último vagão.

Apesar de discordarmos da direção da crítica, concordamos que Stefanoni toca o ponto chave da transição que ainda está mal resolvido no modelo boliviano. O caminho para transmitir sistematicamente o poder político e produtivo da esfera do Estado para o âmbito comunitário dos trabalhadores associados ainda precisa ser elucidado. O

caminho da transição ao *vivir bien* depende necessariamente desta passagem de bastão. Esta é a agenda de pesquisa necessária para avançar o *vivir bien*.

Linera (2018, p. 118) entende que o “Estado não pode criar a comunidade, porque é a antítese perfeita da comunidade”. Cabe aos trabalhadores associados, às comunidades e às cooperativas inventarem novas formas de organização. “O Estado por si mesmo é incapaz de restabelecer o metabolismo vivificante entre o ser humano e a natureza”. Neste sentido, um Estado capaz de estabelecer o âmbito da transição, tem por fim a função de proteger as iniciativas anti-capitalistas, comunitárias e cooperativas. Melhorar a condição de vida dos trabalhadores para que estes tenham tempo de experimentar novas formas sociais até que seja possível ultrapassar a ordem burguesa em um movimento universal e irreversível.

Cabe, portanto, aos trabalhadores e, inclusive, aos trabalhadores intelectuais, pensarem e experimentarem as formas que possibilitarão este salto em direção à superação do capitalismo. Eija Ranta (2017), por exemplo, interpreta que o *vivir bien* na Bolívia é uma forma de governança que se estabelece na perspectiva de uma construção histórica colonial. A autora dispõe que essa característica promove a necessidade de se propor alternativas em uma direção decolonial, o que tornam inadequadas interpretações a-históricas do processo. Assim, para ela, a transição na direção do *vivir bien* se transmuta de maneira ambígua através do Estado, por um lado no compromisso com a luta decolonial, que é a via ideológica e discursiva; e, por outro lado, em propensões burocráticas centralizadoras.

Para nós essa transmutação é dialética, pois, seu sentido histórico e transformador remete à busca de construção de equilíbrios em uma sociedade plurinacional, cujo processo se dá em um ambiente repleto de imperfeições e vícios oriundo de cinco séculos de exploração e violência sistemática. A configuração do movimento da história vai se dando entre: a luta ideológica por um mundo mais justo e igualitário, pautado na democracia intercultural; e o paternalismo das instituições burocráticas, que logrou manter a sociedade *abigarrada* mesmo depois de vários processos de revoltas e revoluções sociais.

Esta perspectiva ideológica do *vivir bien* pode, inclusive, ser pensada como a revolução cultural necessária para se avançar à uma sociedade que supere o capitalismo. Algo como o “homem novo” de Che Guevara, mas que supere as limitações do socialismo do século XX e avance no sentido de uma ruptura com a sociedade mercantil

e destrutiva, direcionada a encontrar o equilíbrio entre a vida humana e a natureza num processo de complementariedade.

É em meio a estes debates e perspectivas que indagamos que não se supera a miséria sem ampliação da Renda e não se amplia a renda sem dar uma nova dinâmica à economia, e este é o primeiro desafio para romper com a colonização e avançar a transição, por mais reformista que pareça. Aos países subdesenvolvidos, destinados a sempre o serem para cumprir sua função na divisão internacional do trabalho, as reformas dentro da ordem capitalista que minimamente reduzam a miséria, só são viáveis em uma perspectiva de enfrentamento ao capital, este permanentemente imperialista.

Neste sentido, o caso do novo modelo econômico, social, comunitário e produtivo boliviano direcionado a perseguir o *vivir bien*, apesar de suas contradições intrínsecas, tem conseguido lograr avanços emancipatórios econômicos e sociais inimagináveis para a Bolívia antes de Evo Morales, inclusive pautando a questão ambiental como um dos âmbitos constitutivos de qualquer projeto a se realizar no país. Vejamos o quadro a seguir que indica até onde avançou a direção do *vivir bien*:

Quadro 1: Indicadores sociais dos avanços do Processo de Mudança

Indicador \ Ano	2005	2018
Pobreza extrema (% população)	16,4%	4,1%
Pobreza (% população)	59,6%	34,6%
Desigualdade (Índice de GINI)	58,5	42,2
Participação na Renda dos 10% mais ricos	45,3%	30,4%
Participação na Renda dos 20% mais pobres	2%	4,6%
Salário Mínimo (US\$)	US\$63,68	US\$307,09 ^[2019]
Acesso a eletricidade (% população)	68,28%	95,58%
Acesso a saneamento básico (% população)	43,5% ^[2001]	57,1% ^[2015]

Fonte: World Bank / INE / MMAyA – extraído e traduzido de Castro et al. 2021.

Stefanoni (2012), mesmo em sua profunda crítica, conclui que o que se tem feito “não é pouco, na verdade é muito melhor do que o vivido em qualquer outro momento da história da Bolívia”. O que o autor deixa de enxergar é que é justamente a determinação anti-imperialista e anti-capital que permite ao modelo boliviano dar estes saltos emancipatórios, não é uma obra mágica do acaso.

Conclusão

O processo de cambio, entre outras coisas, esteve pautada na recuperação de um sentimento de nação outrora esmagado. Em boa medida, o sucesso das políticas do MAS se fundou em uma recuperação da autoestima do boliviano, expressos materialmente na construção de infraestrutura mais adequada à integração do país, em uma moeda que cumpra suas funções fundamentais, principalmente de reserva de valor, em um protagonismo político internacional e, o mais importante, na distribuição de renda e na redução da desigualdade. É até aí que avançou o caminho ao *vivir bien*.

A distribuição de renda é determinante no processo de cambio porque, além de melhorar as condições de vida da população, dá uma nova dinâmica à economia boliviana. Cabe ressaltar que isso não é nenhuma ruptura imediata com o modo de produção capitalista, trata-se de um pragmatismo à la Keynes, em que o Estado atua para corrigir as falhas do mercado e impulsionar a circulação do capital.

No caso boliviano, o Estado se apropria dos excedentes dos setores mais rentáveis do país e distribui na sociedade seja através do impulso ao emprego e renda, seja através de transferência de renda condicionada. Ao mesmo tempo cria condições de infra-estrutura para que além do dinheiro, o lado real da economia possa circular com mais efetividade. Uma economia em crescimento e com distribuição de renda reduz a quantidade de moeda entesourada e fortalece a moeda nacional. Não tem nenhum segredo mirabolante no sucesso do pragmatismo econômico boliviano.

É importante ressaltar que as estratégias adotadas souberam aproveitar o momento de expansão do comércio e do preço das commodities a favor de um projeto de nação. Entretanto, não é como na perspectiva de alguns críticos do modelo, como no caso de Roca Sanchez (2017), não se trata da sorte de algo que caiu do céu. Incontáveis teorias econômicas indicam que o funcionamento do sistema capitalista se estabelece em ciclos de expansão e retração. Não é a primeira vez, nem algo totalmente inesperado, um período de expansão da liquidez internacional. Em outros momentos históricos a expansão se reverteu em aumento da concentração de renda. Dessa vez a Bolívia estava sob a organização de um Estado dos movimentos sociais, de tal sorte que essa expansão se reverteu em benefício à população.

Todavia, tem algo que salta aos olhos. O sistema internacional global do capitalismo pressupõe que os países ocupem determinadas posições na divisão internacional do trabalho. A posição dos países da América Latina é historicamente

colonial. Portanto, os interesses internos estão sistematicamente submetidos aos interesses externos, principalmente através do papel cumprido pela elite serviçal, como diria Fanon (2005). Portanto, o projeto boliviano, mesmo que seja pragmático em uma perspectiva de mercado, por se propor a romper com essa posição historicamente determinada, só se viabiliza em uma perspectiva anti-capitalista. Por isso o sentido da transição, o *vivir bien*, é fundamental no processo de cambio.

A gestão do MAS ademais destes logros fundamentais, foi marcada também por contradições explícitas, como não poderia deixar de ser. Seja pela via dos direitos humanos, seja no pragmatismo que precisou negociar com a velha oligarquia, seja pela dificuldade de despersonalizar e descentralizar o poder, seja pela manutenção em algum nível do paternalismo com relação ao âmbito comunitário, entre outras coisas. Entretanto, a questão ambiental é a mais paradigmática, porque explícita uma perspectiva não imediatista frente aos problemas ambientais, porque depende do extrativismo, mas aprofunda um grande espectro de debates ao redor dos direitos da natureza, transformando-a em uma dimensão do desenvolvimento. Aqui entendemos que esta perspectiva só faz sentido quando direcionada a superar a lógica do capital. O que quer dizer que o *vivir bien* não tem nenhum espaço em uma sociedade direcionada à apropriação privada dos excedentes da produção. Sua condição presente é guiar a construção de equilíbrios para avançar a uma nova sociedade.

Ao nosso ver, o processo de cambio boliviano, dentro da chamada onda rosa ou do giro á esquerda, foi o projeto que mais longe logrou avançar em caminhos para a emancipação de seus trabalhadores. Uma vez que olhamos para a maior redução da desigualdade entre as experiências, por exemplo. Por isso, a reação neoliberal no país, a fim de organizar o desmanche dos avanços sociais não logrou as vias supostamente legais. A derrubada de Evo Morales precisou ser marcada por uma alavanca violenta explicitamente orquestrada pela associação da classe média retrógrada com a elite submissa aos interesses estrangeiros. Uma estratégia que não é uma novidade.

Todavia, os golpistas no poder não conseguiram impor sua agenda, porque os movimentos sociais reafirmaram sua coesão ao redor de uma perspectiva de transição comunitária, inviabilizando a legitimação da extrema direita, como ocorreu em outros países da região. Por maiores que fossem as rupturas internas do MAS, a existência um projeto com uma direção clara à construção da emancipação da classe trabalhadora, inviabilizou a consolidação da contrarrevolução.

Referências

- AMIN, S. **El eurocentrismo**: crítica de una ideología. Mexico DF: Siglo XXI, 1989.
- ARCE CATAFORA, L. El Nuevo Modelo Económico, Social, Comunitario y Productivo. **Economía Plural** 1 (September) 2011: 3-12, https://repositorio.economiayfinanzas.gob.bo/documentos/2018/UCS/materiales/Elaborados/publicaciones/Revista_01.pdf
- BOLIVIA. Constitución Política del Estado, 2009 <https://sea.gob.bo/digesto/CompendioNormativo/01.pdf>
- CASTRO, F. S. M.; GUERRA, S. M. G. and LIMA FILHO, P. A. Bolívia pré-golpe: notas de um estudo de campo, **Revista Fim do Mundo** 1 (January-April) 2020: 104-133, <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2020.v1n01.p104-133>
- CASTRO, F. S. M.; GUERRA, S. M. G. and LIMA FILHO, P. A. Lithium and vivir bien: Sovereignty and transition. In: RIVERA, S.V. (Ed.). **Bolivia at the Crossroads**: Politics, Economy, and Environment in a Time of Crisis (1st ed.). Londres: Routledge, 2021. <https://doi.org/10.4324/9781003147923>
- ENDE. Memoria anual ENDE, 2018, <https://www.ende.bo/public/memorias/memoria2018.pdf>
- FANON, Franz. Os condenados da Terra. Juiz de Fora/MG: UFJF, 2005.
- FARAH H. Ivonne & VASAPOLLO, Luciano. **Vivir Bien**: Paradigma no capitalista? La Paz: CIDES-UMSA, 2011.
- GUDYNAS, E. Tensiones, contradicciones y oportunidades de la dimension ambiental del Buen Vivir. In: I. Farah H., and L. Vasapollo (eds) **Vivir Bien**: ¿Paradigma no capitalista?, pp231-246. CIDES-UMSA, La Paz, 2011.
- KATZ, Claudio. La sorpresa de Bolivia. *Nomadas*, Revista de Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas, n. 44, 2014. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/html/181/18153277001/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.
- LALANDER, Rickard: Ethnic rights and the dilemma of extractive development in plurinational Bolivia, **The International Journal of Human Rights**, 2016. DOI: 10.1080/13642987.2016.1179869
- LINERA, Álvaro Garcia. **O que é uma Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- _____. **Tensões Criativas da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- POSTERO, Nancy. *The indigenous state: race, politics, and performance in Plurinational Bolivia*. Oakland/California: University of California Press, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. **Des/colonialidad y bien vivir**: un nuevo debate en América Latina. Lima- Peru: Universitaria, 2014
- MÉSZÁROS, István. Bolívar e Chávez: o espírito da determinação radical. Blog da Boitempo, 05 mar. 2014. <https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/05/bolivar-e-chavez-o-espírito-da-determinacao-radical/>

- MORALES AYMA, E. 'Prólogo'. in I. Farah H., and L. Vasapollo (eds) **Vivir Bien: ¿Paradigma no capitalista?**, pp7-10. CIDES-UMSA, La Paz, 2011.
- RANTA, Eija. Vivir bien governance in Bolivia: chimera or attainable utopia? *Third World Quarterly*, 2017, v. 38, n. 7, p. 1603–1618. <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1224551>
- ROCA SANCHÉZ, M. A. **Proceso de cambio**: el milagro que no fue. Fundación Vicente Pazoskanki, La Paz, 2017.
- STEFANONI, P. '¿Y quién no querría “vivir bien”? Encrucijadas del proceso de cambio boliviano', **Crítica y Emancipación** 4, no. 7 (January-July): 9-25, 2012. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20120605025226/CyE7.pdf>
- ZAVALETA MERCADO, R. **La formación de la conciencia nacional**. Cochabamba: Los amigos del libro, 1990.